

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS - DCEEX

MARINA NOBRE DE ARAUJO

GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL:
UM PANORAMA DE 1960 A 2015

TRÊS RIOS - RJ

2017

MARINA NOBRE DE ARAUJO

**GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL:
UM PANORAMA DE 1960 A 2015**

Trabalho monográfico de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas e Exatas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Instituto Três Rios como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof.^a Elisa Alonso Monçores Viana

TRÊS RIOS - RJ

2017

MARINA NOBRE DE ARAUJO

**GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL:
UM PANORAMA DE 1960 A 2015**

Trabalho monográfico de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Instituto Três Rios defendida pela aluna Marina Nobre de Araujo, matrícula 201360028-1 e aprovada pela banca julgadora em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Carla Curty do Nascimento Maravilha Pereira – ITR/UFRRJ

Prof. Leandro Gomes da Silva – ITR/UFRRJ

Prof.^a Elisa Alonso Monçores Viana – ITR/UFRRJ
Professora Orientadora

Dedico este trabalho à minha mãe Alessandra Regina Nobre por ser a minha maior inspiração de força e fé.

RESUMO

Tendo em vista a elevação da participação feminina no mercado produtivo¹, o presente trabalho se propõe a estudar esse movimento de 1960 a 2015. O objetivo é analisar a variação dos principais indicadores sociais e econômicos, como por exemplo: a queda da taxa de fecundidade, o aumento das famílias monoparentais femininas e também o maior acesso das mulheres ao ensino superior, em conjunto com a análise da evolução da oferta de trabalho feminina. A principal hipótese do trabalho é uma possível relação entre a variação dos indicadores com o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; Economia Feminista; Gênero; Mulheres.

¹ Mercado de trabalho remunerado.

ABSTRACT

Considering the increase of the female participation in the productive market, the present work intends to study this movement from 1960 to 2015. The objective is to analyze the variation of the main social and economic indicators, such as: the fall in fecundity rate, the increase in female single parent families and also the greater access of women to higher education, along with the analysis of the evolution of female labor supply. The main hypothesis of the study is a possible relation between the variation of the indicators and the growth of the participation of women in the labor market.

Keywords: Labor Market; Feminist Economy; Gender; Women.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de atividade de homens e mulheres, 1960/2010, Brasil, %.....	21
Gráfico 2: Taxa de fecundidade, 1960/2010, Brasil.....	22
Gráfico 3: Taxa de fecundidade por escolaridade feminina, 1970/2010, Brasil	23
Gráfico 4: Nupcialidade – Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por estado conjugal, 1960/2000, Brasil, %	24
Gráfico 5: Pessoa de referência na família, 1981/2009, Brasil, %.....	25
Gráfico 6: Tipos de família, Brasil, 1992-2009, %	26
Gráfico 7: Média de anos de estudo de homens e mulheres de 10 anos ou mais de idade, Brasil, 1995/2009, %	27
Gráfico 8: Homens e mulheres acima de 15 anos analfabetos, Brasil, 1981/2010, %	27
Gráfico 9: Frequência escolar de homens e mulheres de 15 a 17 anos frequentando 2º grau, Brasil, 1981-2010, %.....	28
Gráfico 10: Distribuição total da população com nível superior por sexo, Brasil, 1970/2010, %.....	29
Gráfico 11: Taxa de participação laboral de homens e mulheres segundo o último curso concluído, Brasil, 2010, %.....	30
Gráfico 12: Taxa de atividade de homens e mulheres de 10 anos ou mais de idade, Brasil, 2005-2015, %	32
Gráfico 13: Rendimento mensal por faixas de rendimento de todos os trabalhos para pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo, Brasil, 2005-2015, %	33
Gráfico 14: Taxa de desemprego de pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo, Brasil, 2005-2015, %	34
Gráfico 15: Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade que cuida de afazeres domésticos por sexo, Brasil, 2005-2014, %	36
Gráfico 16: Número médio de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo, Brasil, 2005-2014, %	37
Gráfico 17: Número médio de horas semanais trabalhadas das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo, Brasil, 2005-2014	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. CONCEITOS E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA FEMINISTA NO MERCADO DE TRABALHO.....	11
1.1 A divisão sexual do trabalho	11
1.2 A dicotomia entre o público e o privado.....	12
1.3 O trabalho feminino nas teorias econômicas	13
1.4 O trabalho doméstico não remunerado e as atividades domésticas e de cuidado remuneradas	17
2. O MERCADO DE TRABALHO FEMININO BRASILEIRO DE 1960 A 2010.....	19
2.1 Contexto histórico.....	19
2.2 A atividade no mercado de trabalho.....	21
2.3 A taxa de fecundidade.....	22
2.4 Mudança na composição familiar	24
2.5 A Escolaridade	26
3. ASSIMETRIAS DE GÊNERO NO TRABALHO DE 2005 A 2015	31
3.1 Metodologia	31
3.2 A atividade no mercado de trabalho.....	31
3.3 A Renda	32
3.4 O Desemprego.....	34
3.5 A posição na ocupação.....	34
3.6 O uso do tempo.....	36
CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

INTRODUÇÃO

A economia é uma área fértil para pesquisadoras (res) no estudo de gênero com o objetivo de denunciar pensamentos androcêntricos². Acelerou-se por volta de 1960, construções críticas sobre a invisibilidade do papel da mulher na economia mundial (CARRASCO, 2005). As causas prováveis dessas críticas foram o aumento da participação das mulheres, de classe média, no ensino superior e no mercado de trabalho, bem como a nova linha de pensamento feminista.

É a partir dessas análises que a economia feminista se desenvolve. Diversos estudos são produzidos acerca da desigualdade de gênero dentro da história do pensamento econômico, como análises sobre a divisão sexual do trabalho, a dicotomia entre público e privado e o trabalho familiar doméstico como determinante para a reprodução do sistema capitalista. As teorias da economia feminista criticam, por exemplo, o entendimento de que a divisão sexual do trabalho parte de diferenças fisiológicas entre homens e mulheres, sendo assim imutável, e defendem a tese de que ela pode ser transformada.

Deste modo, é razoável considerar que o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e seu maior acesso as universidades é um possível meio para a redução da desigualdade de gênero, já que foi a partir desse movimento que estudos científicos e debates foram criados. Essa transformação está relacionada com a variação de outros indicadores, como por exemplo, a queda da taxa de fecundidade, que possibilitou maior tempo livre para ser oferecido ao mercado produtivo e o aumento da taxa de divórcios, que pode indicar uma maior independência econômica por parte das mulheres.

Outra possível causa para a elevação na participação feminina no mercado produtivo foi a transformação do trabalho pela globalização. Aumentou-se os trabalhos de serviços e o mercado passou por uma heterogeneização, além de abarcar maior mão-de-obra por tempo parcial, de modo precário e informal (GAMA, 2014). As mulheres foram inseridas nesse contexto como uma mão-de-obra conveniente para preencher essas vagas.

Uma observação do impacto desse movimento pode ser feita com dados oficiais. Nota-se a contínua elevação da participação feminina, como também uma bipolaridade em seu movimento³. Por exemplo, mulheres mais escolarizadas tendem a ter metade da média de

² A tendência quase universal de se reduzir a raça humana ao termo "o homem".

³ Grande parte da literatura atual reconhece que a categoria "mulheres" não forma um grupo social homogêneo no mercado de trabalho. Existem diferenças de classe e raciais que são fundamentais para explicar desigualdades existentes entre as próprias mulheres no mercado de trabalho. Contudo, por uma questão de delimitação do

filhos em comparação à média de filhos de mulheres com baixa escolaridade (vide sessão 2.3), assim como também está documentado na literatura que a maior escolaridade é fator determinante para a participação feminina no mercado de trabalho (GUEDES, 2015).

Este trabalho apresentará, dentro de seus limites, a extensão da elevação da participação feminina no mercado de trabalho.

O trabalho está dividido em três capítulos. O capítulo 1 esclarece os principais conceitos da economia feminista, perspectivas essas necessárias para o entendimento do movimento estudado. O capítulo 2 apresenta um panorama sobre o mercado de trabalho feminino brasileiro, desde o contexto histórico até a apresentação de alguns indicadores que podem estar relacionados com a elevação da participação feminina no mercado produtivo. O terceiro capítulo aborda os principais indicadores sobre o mercado de trabalho e analisa o movimento da força de trabalho feminina de 2005 a 2015. Ao final é apresentada uma conclusão com os principais resultados alcançados.

1. CONCEITOS E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA FEMINISTA NO MERCADO DE TRABALHO

Nesse capítulo são abordados conceitos teóricos fundamentais da economia feminista, essenciais para o entendimento do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho ao longo dos anos. O capítulo foi dividido em quatro sessões: a primeira trata do conceito básico de divisão sexual do trabalho, importante para se entender as diferenças de funções, salários e a precariedade de cargos entre homens e mulheres; a segunda sessão acrescenta a noção do público e do privado, preparando o leitor para o entendimento da terceira sessão que faz um breve levantamento de algumas teorias econômicas que trataram a questão do trabalho feminino dentro da economia; por fim, quarta sessão abrange os conceitos de trabalho doméstico não remunerado e emprego doméstico.

1.1 A divisão sexual do trabalho

Segundo a definição de Kergoat (2009) a relação social de sexo compreende um conflito entre o grupo masculino e o feminino (constituídos socialmente) em torno do trabalho e suas ramificações. Ou seja, os diferentes papéis de homens e mulheres na sociedade se reverberam por todas as esferas, incluindo a produtiva, constituindo assim a divisão sexual do trabalho. Logo, essas dimensões formam um sistema que é caracterizado pela relação adversa entre os grupos e hierárquica entre os sexos.

Aos homens determinou-se o campo produtivo e as mulheres o campo reprodutivo. Essa questão foi estudada em vários países, porém sua base teórica foi iniciada na França nos anos 1970 com o movimento feminista, as análises revelaram o papel das mulheres dentro das “famílias” não mais como biológico, mas sim como um lugar de exercício de trabalho não reconhecido, além de evidenciar o trabalho produtivo, isto é, voltado para o mercado, como reduto masculino. Logo, para algumas antropólogas feministas (MATHIEU, 19991; TABET, 1998; apud KERGOAT, 2004) a divisão sexual do trabalho não é uma divisão complementar de tarefas, mas sim uma relação de poder do sexo masculino sobre o feminino.

Essa divisão se baseia em dois princípios organizacionais aparentemente imutáveis. O primeiro deles é o da separação, que afirma que existem trabalhos específicos para homens e mulheres. O segundo é o da hierarquia, que alega que o trabalho masculino possui mais valor perante a sociedade do que o trabalho feminino.

Deve-se salientar que mesmo com a imutabilidade dos princípios organizacionais, a divisão sexual do trabalho não é inflexível. As concepções de trabalho e suas variações como a mudança na quantidade de mulheres a ofertar sua força de trabalho, se transformam no tempo e no espaço. Deste modo, analisar a divisão sexual do trabalho exige o entendimento de que a reprodução social pode sofrer modificações, alterando assim as questões dessa divisão ou até mesmo questionando o próprio conceito de trabalho.

Levando esse contexto ao campo político, o objetivo é entender como que as relações sociais foram cristalizadas sob formas constitucionais, por exemplo: a família e o trabalho e criar um ambiente para expor as novas tensões entre os grupos de sexo e talvez deslegitimar algumas dessas representações (KERGOAT, 2004).

1.2 A dicotomia entre o público e o privado

O aspecto do conceito de público e privado que será aprofundado nessa sessão, foi idealizado pelas economistas feministas. Nessa visão o espaço público compreende a ordem política e econômica, enquanto o privado a família.

A primeira observação a ser realizada é que às teóricas feministas visibilizaram o fato de que os dois ambientes, público e privado, não são neutros, mas sim são âmbitos passíveis da reprodução das desigualdades de gênero. A segunda observação diz respeito a desvalorização do espaço privado na sociedade atual, em que posições de prestígio sempre estão ligadas a esfera pública. Dessa forma, a valorização do espaço privado tornando-o um assunto público é um quesito necessário e central para que a igualdade de gênero possa se tornar viável (ABOIM, 2012).

A questão do debate gira em torno de que, se é possível que a noção de cidadania da sociedade foi construída sobre estruturas masculinas, ou seja, voltada ao homem, e excluiu o que é feminino, invisibilizando o papel das mulheres como seres sociais, a dicotomia entre público e privado provavelmente é uma distinção de gênero.

Para o feminismo, a relação do privado como algo feminino e do público como masculino é a base de injustiças e desigualdades. Deste modo, outra conquista realizada pelo movimento tenha sido a desconstrução da visão de que o âmbito privado é o oposto do público.

O objetivo é desfazer o entendimento de que o privado está ligado a natureza, ao extinto e a reprodução. O aumento do direito das mulheres foi conquistado devido ao aumento da cidadania, da independência e da visão de cada indivíduo como ser autônomo e social.

A democratização do domínio do privado não contradiz, afinal, a existência de maiores possibilidades relativas de “invenção” e “negociação” dos comportamentos. Antes pelo contrário, é, em grande medida, a lógica da democracia política que permite desconstruir desigualdades ancestrais, garantindo direitos individuais, ainda que, por vezes, a sua distribuição permaneça permeada pela desigualdade. (ABOIM, 2012, p. 108)

É importante destacar que a inserção feminina na esfera pública não eliminou a desigualdade de gênero e sim recriou formas já existentes de desigualdade. Os contratos laborais, muitas vezes, são contratos de diferenciação de gênero, uma vez que a entrada de mulheres no mercado não as coloca em igualdade com os homens, um exemplo é a diferenciação de salários de homens e mulheres para cargos iguais. Outro exemplo é a realização de tarefas domésticas, algumas sociedades estimulam a divisão equitativa, porém na realidade o que existe é o sobre carregamento das mulheres nesse quesito. Uma possível alternativa seria o chamado “cuidado universal” em que homens e mulheres estariam dispostos a contribuir com sua parcela de trabalho tanto no âmbito público com o âmbito privado (ABOIM, 2012).

1.3 O trabalho feminino nas teorias econômicas

A expansão feminina no mercado de trabalho a partir dos anos cinquenta, chamou a atenção para a questão do trabalho das mulheres na economia.

Becker (1965) estudou a economia do lar e utilizou as “leis da natureza” para justificar a posição da mulher no mercado produtivo. O autor usa como base para sua teoria a utilidade do tempo, isto é, do trade off entre trabalho e lazer. O indivíduo, quando recebe uma remuneração por sua força de trabalho menor do que o necessário para sua sobrevivência, ofereceria mais horas no mercado de trabalho em detrimento do lazer. Já quando os rendimentos fossem suficientes para a sua sobrevivência, o indivíduo decidiria oferecer menos horas no mercado de trabalho e dedicaria mais horas ao lazer (CASACA, 2009).

Com o ingresso contínuo de mulheres no mercado de trabalho passou-se a analisar não só decisões individuais, mas sim decisões do conjunto familiar. Becker (1965) considerava

que as mulheres possuíam características fisiológicas que as garantiam maior eficiência no trabalho doméstico do que no produtivo e por isso, ao serem inseridas no mercado de trabalho, suas funções eram ligadas normalmente a áreas de cuidados, menos valorizadas e mais precárias. Já os homens, como possuíam mais eficiência no trabalho produtivo, eram destinados a cargos mais especializados e bem mais remunerados. Como essa teoria acredita na racionalidade dos agentes e na busca por utilidade, marido e esposa entrariam no seguinte acordo: o homem, por ser melhor remunerado, ofereceria sua força de trabalho no mercado, o que garantiria maior utilidade para a família, e a mulher dedicaria suas horas a atividade doméstica na qual possuía maior eficiência.

A lógica é simples: as mulheres possuiriam maior eficiência no trabalho doméstico e, desse modo investiriam pouco em especialização para o trabalho produtivo. As empresas buscariam, para cargos elevados e valorizados a maior quantidade de capital humano possível, como mulheres possuíam pouco, os homens seriam destinados a esses cargos e as mulheres a cargos precários e mal remunerados. Essa situação reduziria a motivação das mulheres em ingressar no mercado de trabalho o que diminuiria ainda mais sua especialização do trabalho produtivo, criando, deste modo, um ciclo vicioso de redução de salários e precarização de cargos. É deste modo que a teoria do capital humano explica a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Pode-se perceber que a base para essa teoria é a de características fisiológicas, ou seja, dadas e naturais (CASACA, 2009).

As teorias clássicas da economia feminista criticam esse entendimento acerca das atribuições femininas, e defendem a tese de que a divisão sexual pode ter transformada. Para esse efeito, seria necessária uma maior inserção dos homens na produção doméstica e o aumento da participação das mulheres no âmbito público, além da absorção de rendimentos de trabalho ser iguais para ambos os sexos (KON, 2005).

Parte da literatura econômica feminista vai se dedicar a desenvolver formulações que evidencie a centralidade do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado para a manutenção do sistema econômico. Segundo tais teóricas, o trabalho doméstico não remunerado pode ser considerado como um dos principais responsáveis por produzir e manter a oferta do fator trabalho na economia. Essa produção se faz dentro do ambiente familiar e compreende desde o cuidado e educação de crianças, até a manutenção da estrutura familiar com alimentação, higiene e socialização dos integrantes do domicílio. Em outras palavras, é possível que a produção econômica dependa da reprodução social de pessoas para se manter.

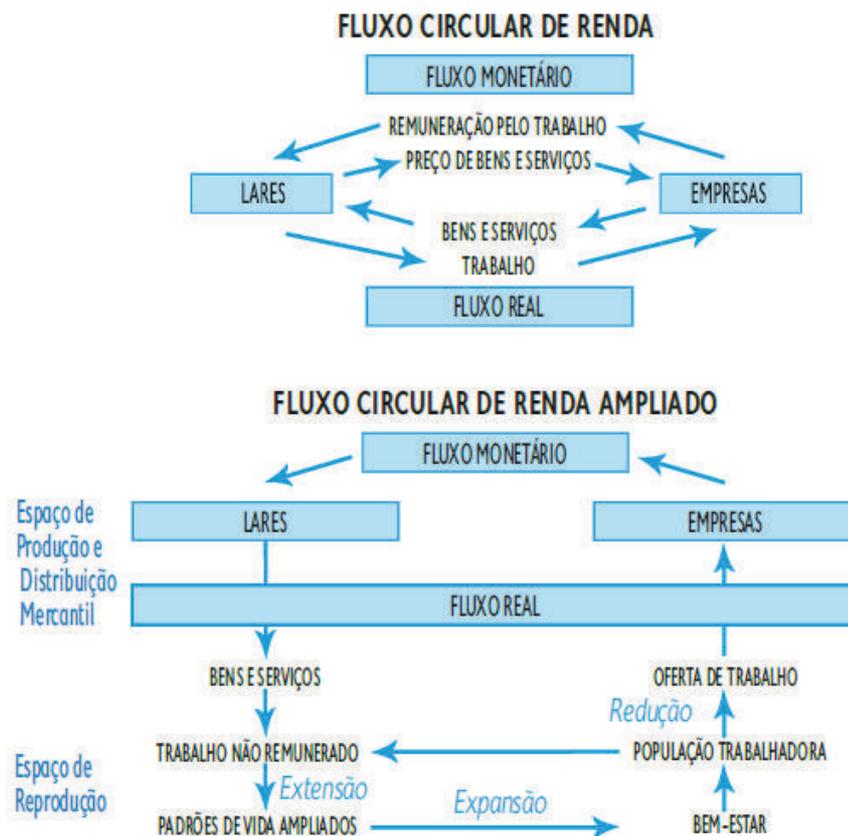
A teoria econômica convencional desenvolveu o fluxo circular de renda para explicitar de forma abstrata a dinâmica do sistema de produção econômica. O fluxo tradicional (parte superior da Figura 1) apresenta as famílias e as empresas como agentes econômicos que se relacionam tanto no fluxo monetário como no real. A lógica se baseia na oferta de mão de obra pelas famílias em troca de rendimentos de trabalho que são utilizados para se ter acesso ao consumo de bens e serviços produzidos. Percebe-se que esse modelo omite o papel da reprodução do trabalho na dinâmica da produção.

O fluxo circular de renda ampliado proposto por Picchio (2001, 2005; apud ENRÍQUEZ, 2012) tenta esclarecer as dimensões de gênero presentes e influentes nas esferas de produção e reprodução. Esse modelo insere o setor econômico de reprodução, isto é, aquele em que ocorrem as atividades domésticas e de cuidado, e explica a sua função na produção econômica.

A parte inferior da Figura 1 demonstra o fluxo circular de renda ampliado descrito por Picchio (2001, 2005). Esse fluxo compreende a relação do trabalho não remunerado com o sistema produtivo. Deste modo, os bens e serviços adquiridos pelas famílias passam por um tratamento e transformação, realizado pelo trabalho não remunerado no interior das famílias, antes de serem absorvidos pelos integrantes da família. Esse movimento adicionado realiza três funções na dinâmica econômica.

A primeira função corresponde a elevação do salário real baseado no consumo ampliado. Dito de outra forma, a possibilidade de se apropriar de bens e serviços já tratados pelo trabalho não remunerado (roupa limpa e passada, refeições prontas para consumo) aumenta o valor do consumo e conseqüentemente do salário real. A segunda função está ligada ao bem-estar ampliado, que pode ser referido como a boa educação e saúde do agente econômico devido ao cuidado com ambas questões realizado com o trabalho não remunerado; Por fim, a última função diz respeito a seleção de capacidades individuais que podem ter sido desenvolvidas no processo de cuidado e que, provavelmente, criam uma facilidade de enquadramento no processo produtivo, ou seja, o trabalho de cuidado realizado de maneira não remunerada pelas mulheres seria responsável por parte da educação e treinamento da força de trabalho futura.

Figura 1: Fluxo circular de renda ampliado



Fonte: Enríquez, 2012, p. 141.

Outra diferença entre os fluxos é que o ampliado não considera a instituição familiar como uma unidade harmoniosa – ao contrário da teoria da alocação tempo de trabalho de Becker (1965), por exemplo – e, por isso, supõe que integrantes da família sofrem uma tensão para decidir o quanto de força de trabalho será ofertada e o quanto será destinada ao trabalho não remunerado. Esse processo é ilustrado na Figura 1, quando parte da população trabalhadora é voltada ao trabalho de reprodução. Deste modo, o trabalho não remunerado libera certa quantidade de horas para ser ofertada no mercado produtivo, e capta outra quantidade para manter a reprodução social de pessoas.

As dimensões de gênero são inseridas nesse contexto através da divisão sexual do trabalho, que vincula o grupo “mulher” ao trabalho não remunerado. Sendo assim, as mulheres sofrem uma pressão constante dentro dos lares para realizarem o trabalho de reprodução, o que potencializa a discriminação no mercado produtivo já que é preciso garantir a divisão sexual do trabalho (ENRÍQUEZ, 2012).

Ademais, o fluxo circular da renda ampliado, por dar visibilidade ao trabalho doméstico, não remunerado possibilita abertura de um debate a respeito da relação entre a produção e a reprodução na dinâmica do sistema de produção econômico.

1.4 O trabalho doméstico não remunerado e as atividades domésticas e de cuidado remuneradas

Como visto na sessão 1.1 a divisão sexual do trabalho separou a produção, território masculino, da reprodução, função feminina.

O trabalho doméstico é fruto dessa divisão, é considerado um reduto feminino e consiste na reprodução de tarefas básicas como alimentação, educação e cuidados. Desse modo, as mulheres criam e educam seus filhos, produzindo mão de obra disponível para o mercado. Percebe-se que as próprias mulheres não estão livres para ofertar sua força de trabalho total, sua função principal é a de criar e reproduzir trabalhadores. Logo, apesar da elevação da entrada das mulheres no mercado de trabalho, supõe-se que esse avanço seja limitado por suas responsabilidades no conjunto familiar (NOBRE, 2004).

Outro ponto muito importante a ser observado é de que as mulheres exercem a maioria das tarefas domésticas e não recebem rendimentos de trabalho por essas atividades.

Com a divisão sexual do trabalho e com a inserção cada vez maior das mulheres no âmbito público, transportou-se a divisão sexual do trabalho do âmbito doméstico para o público. E essa transformação se reflete no aumento do setor terciário (de serviços) e de seu subsetor “serviço pessoal”.

O serviço pessoal compreende a remuneração de tarefas domésticas e de cuidados com crianças, idosos etc. Esse trabalho já é realizado na esfera privada em sua maioria por mulheres, o que as relaciona a esse tipo de tarefa. Deste modo, a principal mão de obra para os serviços pessoais é feminina (HIRATA, 2004).

O aumento desse tipo de emprego traz consigo alguns pontos, como a precariedade e inconstância da mão de obra feminina, baixos salários e condições de trabalho problemáticas. Além de contribuírem para uma visão cada vez mais desvalorizada do trabalho doméstico.

A globalização do emprego doméstico tem algumas características que são importantes de serem mencionadas: em primeiro lugar, no contexto dos Estados Unidos e países da Europa Ocidental, a migração de mão-de-obra de mulheres de países pobres, com o objetivo de trabalhar como empregadas domésticas e cuidadoras ilegais revela um apelo à

força de trabalho vulnerável, ou seja, as mulheres contratadas possuem níveis econômicos baixos, enquanto os contratantes são indivíduos de nível econômico mais elevado.

Em segundo lugar ocorre a bipolarização do trabalho feminino, fenômeno em que mulheres de baixa renda são empegadas em trabalhos precários de cuidados para viabilizar a saída, da esfera privada, de mulheres de alto nível econômico para cargos formais e mais valorizados. Em outras palavras, mulheres de alta renda delegam suas atividades domésticas a mulheres de baixa renda. A questão é que a “delegação” tem se tornado mais comum do que a “conciliação” que é quando as mulheres conciliam suas atividades domésticas com seu emprego no mercado de trabalho, reforçando a desigualdade entre mulheres no mercado de trabalho (HIRATA, 2004).

O ponto central da terceirização do trabalho doméstico e de cuidado de uma mulher para a outra é que, além de significar uma disponibilidade permanente das mulheres a esse tipo de trabalho, reforça a transição do trabalho doméstico da área privada para a área pública. Ou seja, o papel feminino continua como o principal responsável a esse tipo de tarefa.

É necessário destacar o conceito de competência existente nas sociedades ocidentais. Primeiramente, a maioria das competências são ligadas ao homem, como por exemplo criatividade, inovação, responsabilidade etc. Deste modo, quando uma mulher exerce atividades com esses tipos de competência ela tende a receber menos do que um homem com a mesma atividade. Já no trabalho de cuidados, as competências não existem, elas são vistas como “dons” naturais femininos que não precisam ser remunerados ou valorizados. É dessa visão que se faz os salários baixos e a precariedade desse tipo de emprego. A partir desse entendimento, a luta para a validação das competências femininas é uma questão necessária para redução das características citadas anteriormente.

O reconhecimento na esfera pública do trabalho realizado pelas mulheres na esfera privada é fundamental para a cidadania (Lister, 2000), e essa mercantilização do trabalho doméstico pode levar tanto à desvalorização quanto ao reconhecimento. A direção que pode tomar tal processo depende fundamentalmente da correlação de forças criada pelos movimentos das mulheres. (HIRATA, 2004, p. 19)

2. O MERCADO DE TRABALHO FEMININO BRASILEIRO DE 1960 A 2010⁴

Esse capítulo apresenta um panorama econômico sobre o aumento da participação feminina no mercado de trabalho separado em cinco seções: A primeira é uma síntese do contexto histórico do período estudado que pode ajudar a compreender os movimentos de alguns indicadores apresentados nas próximas seções; A segunda seção analisa a variação da taxa de atividade de homens e mulher; A terceira seção aborda a taxa de fecundidade brasileira; A quarta apresenta alguns indicadores a respeito da transformação da composição familiar e a quinta avalia indicadores de educação, desde analfabetismo até o ensino superior.

2.1 Contexto histórico

A força de trabalho feminina tornou-se objeto de estudo em economia por volta de 1960. Foi nesse período que se observou a elevação do ingresso de mulheres no mercado e a partir desse momento se verificou também, uma elevação nesse ingresso, ou seja, conforme os anos se passavam cada vez maior era o número de mulheres a oferecer sua força de trabalho ao mercado (GUIMARÃES, 2016). Por exemplo, a taxa de atividade feminina se elevou, em média, 7,2% por década de 1960 a 2010. Esse movimento é explicado por algumas mudanças econômicas, culturais e sociais ocorridas no período.

Na década de 1970, o Brasil estava em processo de crescimento, a industrialização acelerada e o país tornava-se mais urbano. Um dos efeitos dessas mudanças foi uma expansão da demanda por mão-de-obra, inclusive a feminina. Além disso, o modelo de crescimento à época se baseava na expansão da produção e consumo de bens de consumo duráveis, modificando assim a cesta de consumo de parte da população brasileira. O trabalho feminino tornou-se uma fonte de renda que poderia preencher esse anseio por consumo mais diversificado. Junto a esse processo, ocorreu também um achatamento dos salários reais dos trabalhadores, o que incentivou a entrada de mulheres no mercado de trabalho como forma de complementar a renda familiar (BRUSCHINI, 1994).

A década de 1980 se caracterizou pela expansão no setor de serviços, que resultou em uma necessidade maior de mão-de-obra por tempo parcial para preencher vagas precárias e informais. Essa reorganização alterou significativamente o mercado de trabalho, trazendo

⁴ Devido à escassez de dados completos para a série histórica de 1960-2010, alguns indicadores desse capítulo apresentam séries históricas menores, porém suficientes para o entendimento das modificações ocorridas ao longo do período estudado.

desemprego estrutural e aumento na caga horária média.

A década de 1990 foi marcada por significativa abertura econômica, além de investimentos reduzidos e o aumento da terceirização do trabalho. Porém, a expansão feminina no mercado de trabalho se manteve constante. A característica marcante dessa década, foi o aumento do desemprego feminino, o que pode ter indicado uma incapacidade da absorção da crescente oferta de mão-de-obra (HOFFMANN, 2004).

Junto a esses processos, aconteceram mudanças no comportamento das mulheres. Três ondas feministas foram influenciadoras dessas transformações. A primeira onda data do final do século 19 e início do século 20 e estava focalizada na Europa e América do Norte, foi nesse período (1920/1930) que as mulheres conseguiram desconstruir algumas expressões da desigualdade de gênero da época, conquistando, por exemplo, o direito ao voto e à educação. No Brasil, o direito feminino ao voto foi conquistado em 1932. A segunda onda, datada por volta de 1960 foi influenciada pela filósofa e escritora Simone de Beauvoir (1949) e teve como enfoque formas de enfrentar as questões sociais que limitavam as mulheres a uma posição inferior aos homens. Por fim, a terceira onda ganhou força nas décadas de 1980/1990 e se caracterizou por desmistificar a homogeneidade do grupo “mulher” criado na segunda onda, evidenciando que a distinção de sexos não limita as definições de gênero (PISCITELLI, 2009). Deste modo, conforme Pinto (2002):

[A] participação da mulher no movimento rompe sempre com sua condição de invisibilidade pública. Esse movimento não é feito, na maioria das vezes, sem tensões no interior da família. A decisão de participar é quase sempre acompanhada de resistência por parte de pais, maridos e até filhos, entendida na maioria das vezes como resistência à quebra do cotidiano familiar e de padrões morais acordados no interior da família e da comunidade (p. 133)

Ademais, novos valores foram sendo disseminados, e a elevação da participação feminina no mercado de trabalho passou a influenciar positivamente em uma inclusão ainda maior das mulheres no setor. Um processo relevante foi a queda na taxa de fecundidade (vide sessão 2.2) bem como o aumento da escolaridade das mulheres (vide sessão 2.4), que permitiu ao sexo feminino maior disponibilidade de tempo para trabalhar em espaços públicos, uma vez que, provavelmente, a queda na taxa de fecundidade se refletiria em uma menor demanda por cuidados dentro dos domicílios (ALVES, 1994).

A expansão da mão de obra feminina ofertada apresentou causas e consequências que podem ser observadas nas variações da taxa de fecundidade, do número de divórcios e também da escolarização das mulheres. Analisar alguns desses indicadores esclarece o quão

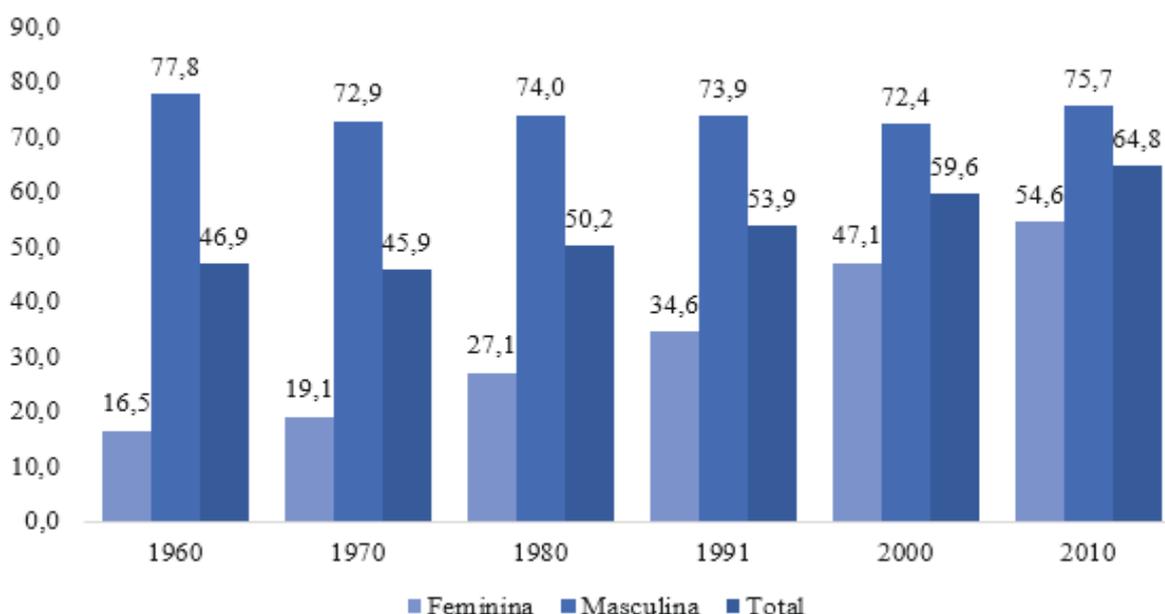
profunda e transformadora foi a expansão feminina no mercado de trabalho brasileiro. Deste modo, eles serão analisados a seguir.

2.2 A atividade no mercado de trabalho

O mercado de trabalho brasileiro sofreu mudanças consideráveis de 1960 a 2010. A taxa de atividade, razão entre a população economicamente ativa (PEA) e o total da população em idade ativa, isto é, a PIA, é um indicador que evidencia bem esse movimento. A taxa de atividade total nesses 50 anos variou de 46,9% em 1960 para 64,8% em 2010 (Gráfico 1), o que confirma tanto as transformações no mercado quanto a expansão da força de trabalho do mesmo (GUIMARÃES, 2016).

O Gráfico 1, evidencia que em 1960 o mercado de trabalho era um reduto majoritariamente masculino, pois enquanto a taxa de atividade dos homens era de 77,8% a das mulheres era de 16,5%, ou seja, uma diferença de 61,3 pontos percentuais. Com o passar das décadas essa afirmação se tornou fragilizada, já que em 2010 a diferença entre as taxas masculina e feminina era de 21,1 pontos percentuais.

Gráfico 1: Taxa de atividade de homens e mulheres, 1960/2010, Brasil, %



Fonte: IBGE, Base de Dados: Censo Demográfico 1960-2010 (tabulações especiais produzidas pela equipe do Centro de Estudos da Metrópole – CEM).

Elaboração: Guimarães, 2016

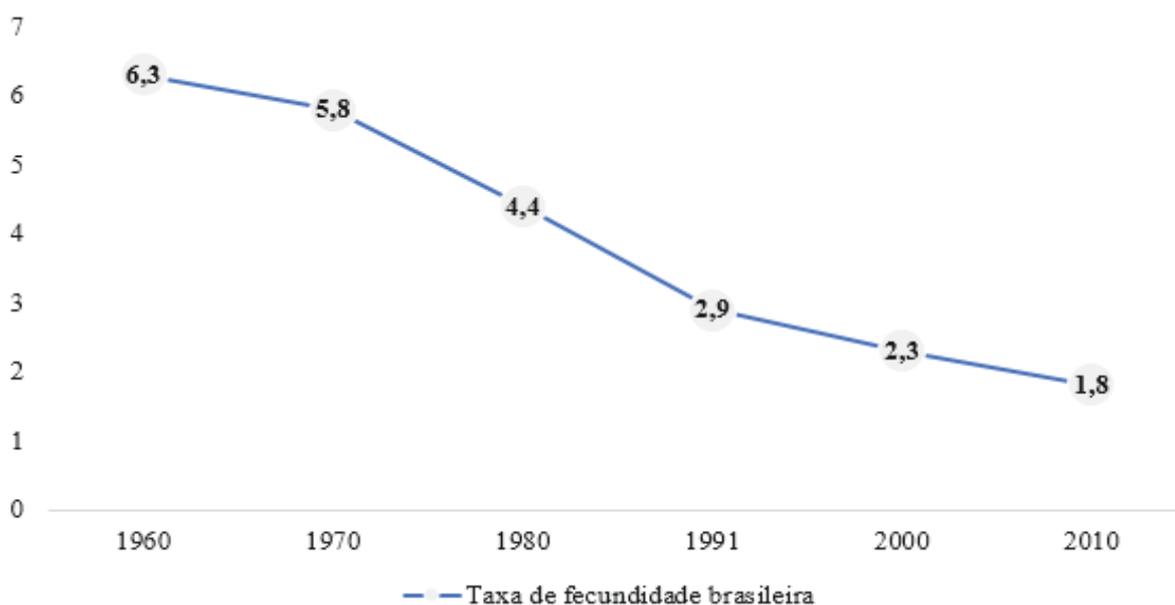
2.3 A taxa de fecundidade

A taxa de fecundidade é uma das variáveis dinâmicas da demografia. Ela tem sofrido uma queda significativa nos países europeus e também no Brasil. Para Carlsson (1966) a transição da fecundidade se tornou uma das transformações mais relevantes do costume e conduta da população. (ALVES, 1994)

Verifica-se no Gráfico 2 que em 1960 o Brasil possuía uma taxa de fecundidade de 6,3 filhos nascidos vivos por mulher, porém com o passar das décadas ocorreu uma queda significativa, atingindo em 2010 o número de 1,8 filhos nascidos vivos.

A média da queda no período estudado (1960-2010) foi de 0,9 e a década de maior queda foi de 1980/90. Observa-se também que em 2010 se tinha quase $\frac{1}{4}$ do número de filhos por mulher que se tinha em 1960.

Gráfico 2: Taxa de fecundidade, 1960/2010, Brasil

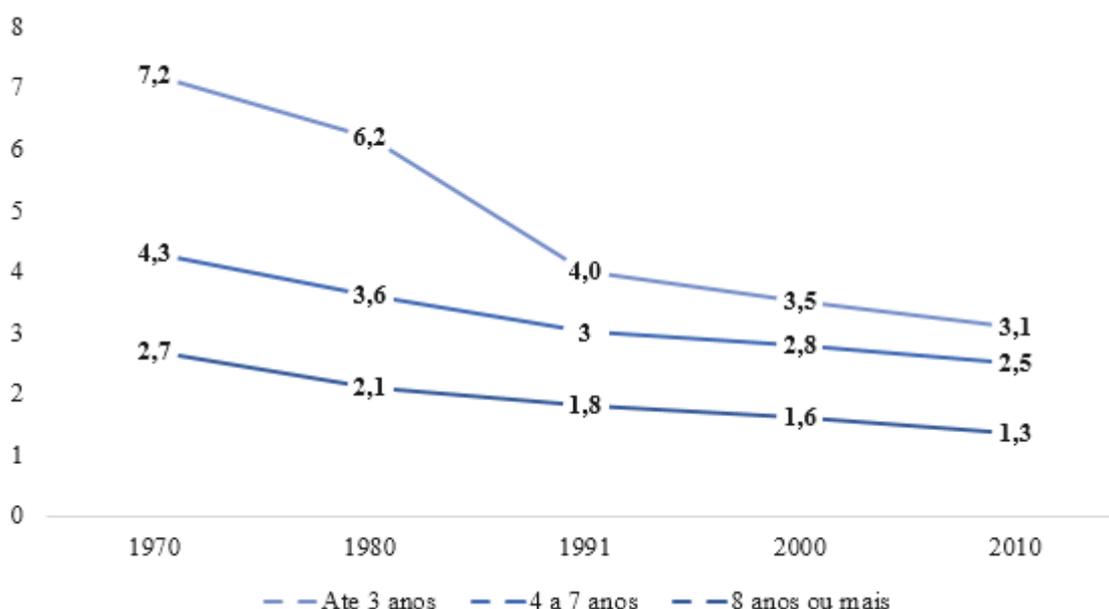


Fonte: IBGE, Tendências demográficas: uma análise dos resultados do Censo demográfico 2000, até 2000; IBGE, Projeção da População do Brasil – 2013, até 2010.

Pode-se observar no Gráfico 3 que a taxa de fecundidade, além de cair durante as décadas, também é diferente dependendo da escolaridade da mulher. Em 1970 as mulheres com escolaridade de até 3 anos tinham em média 7,2 filhos nascidos vivos, enquanto as mulheres com escolaridade acima de 8 anos possuíam uma média de 2,7 filhos nascidos vivos.

É importante destacar que a taxa de fecundidade se reduziu em média para todas as mulheres, não importando seu grau de escolaridade, porém em 2010 mulheres com poucos anos de estudo possuíam até 2 filhos a mais do que mulheres com mais anos de estudo. Tais dados sugerem que o nível de escolaridade da mulher afeta seu poder de decisão sobre ter ou não filhos.

Gráfico 3: Taxa de fecundidade por escolaridade feminina, 1970/2010⁵, Brasil



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970/2000; IBGE, Censo demográfico 2010.

Existem diversas teorias sobre a queda da taxa de fecundidade, a maioria não considera central o papel da mulher ou desconsidera a luta pela igualdade de gênero como fatores influenciadores nas análises a respeito do tema (ALVES, 1994). Porém, Alves (2004) afirma:

As abordagens de gênero são fundamentais para a compreensão do fenômeno da transição da fecundidade na medida em que as desigualdades entre homens e mulheres na família e na sociedade fazem com que os custos e os benefícios da geração e criação dos filhos sejam repartidos de forma desigual entre os gêneros, o que afeta as decisões sobre o comportamento reprodutivo e as formas de regulação da fecundidade. (p.30)

Ou seja, a partir dessa perspectiva, é possível interpretar a queda constante da taxa de fecundidade como um processo que espelha a elevação da escolaridade feminina, a expansão

⁵ Devido à escassez de dados para 2010, foi utilizada para esse ano a taxa de fecundidade por nível de instrução.

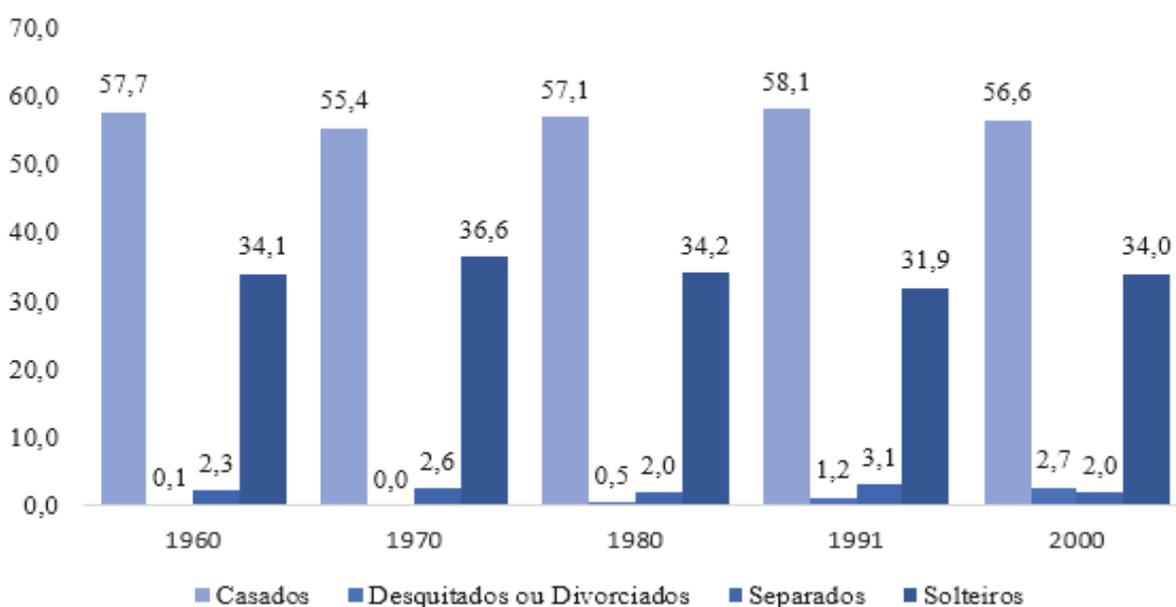
da participação das mulheres no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, uma possível mudança na maneira como se estabelecem as relações de gênero dentro das próprias famílias.

2.4 Mudança na composição familiar

Sabe-se que a família é, em seu aspecto mais amplo, um conjunto de pessoas conectados por laços sanguíneos e/ou consensuais (CARVALHO & ALMEIDA, 2013). No Brasil, o padrão familiar mais frequente ainda é aquele formado por um casal e seus filhos não emancipados, porém a partir da década de 1960 esse padrão começou a ser transformado.

Pode-se conferir no Gráfico 4 que o número de pessoas desquitadas e divorciadas passou de 0,12% em 1960 para 2,73% em 2000, ou seja, um aumento de 2,58 pontos percentuais. O número de indivíduos casados também se alterou ao longo do período, passando de 57,7% para 56,5%. Logo, os dados apresentados no Gráfico 4 indicam um crescimento no número de divórcios e uma redução no número de casamentos. Em compensação, o número de separados e solteiros se manteve aproximadamente constante.

Gráfico 4: Nupcialidade – Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por estado conjugal, 1960/2000, Brasil, %



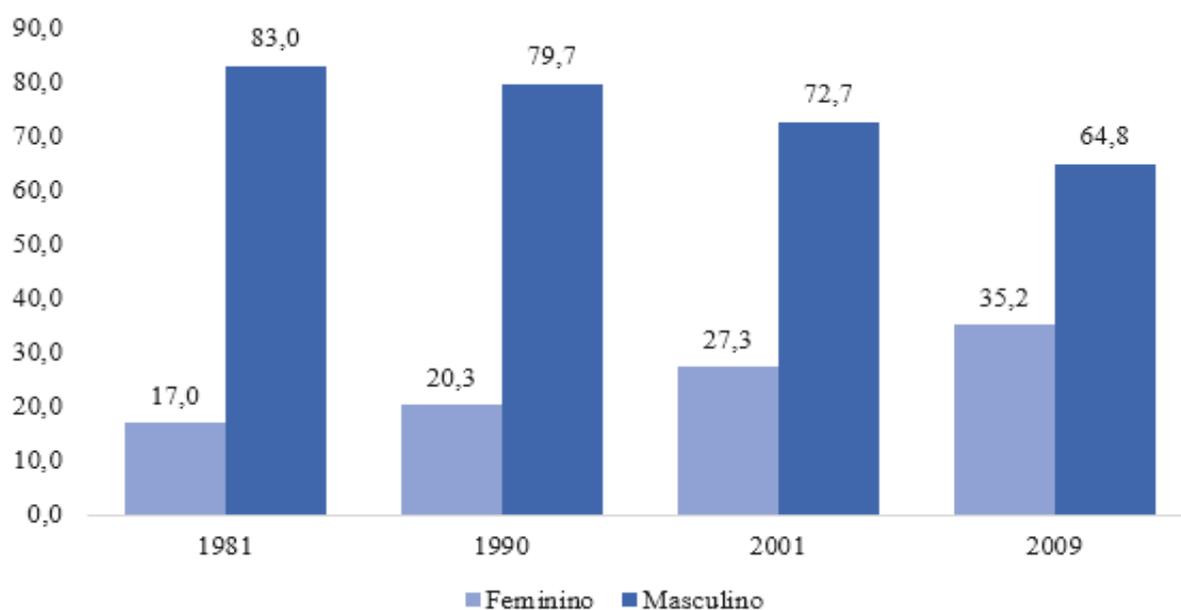
Fonte: Estatísticas do Século XX no Anuário Estatístico do Brasil, 1985; IBGE, 2004.

Conforme Carvalho e Almeida (2013), a queda da desigualdade de gênero e a redução da influência religiosa causou diversas transformações sociais e econômicas para as mulheres

como, por exemplo, um exercício mais livre da sexualidade não mais associado a questão da reprodução, um aumento da participação feminina no mercado de trabalho coligado ao uso cada vez maior de anticoncepcionais e a fragilização dos laços matrimoniais com o aumento do número de divórcios. “Esses fenômenos associam-se a uma significativa redução da fecundidade e do tamanho médio das famílias e a sua maior diferenciação, com a persistência de arranjos mais tradicionais, ao lado de outros genuinamente emergentes.” (CARVALHO & ALMEIDA, 2013, p. 112)

Junto desse movimento, tem ocorrido também uma modificação no padrão de “pessoa de referência na família”, que é caracterizado como a pessoa responsável por todo o conjunto familiar. Observa-se no Gráfico 5 que em 1981 17% das famílias consideravam a mulher como a responsável, já em 2009 este número aumentou para 35,2%, ou seja, em 28 anos ocorreu um aumento de 18,2 pontos percentuais.

Gráfico 5: Pessoa de referência na família, 1981/2009, Brasil, %

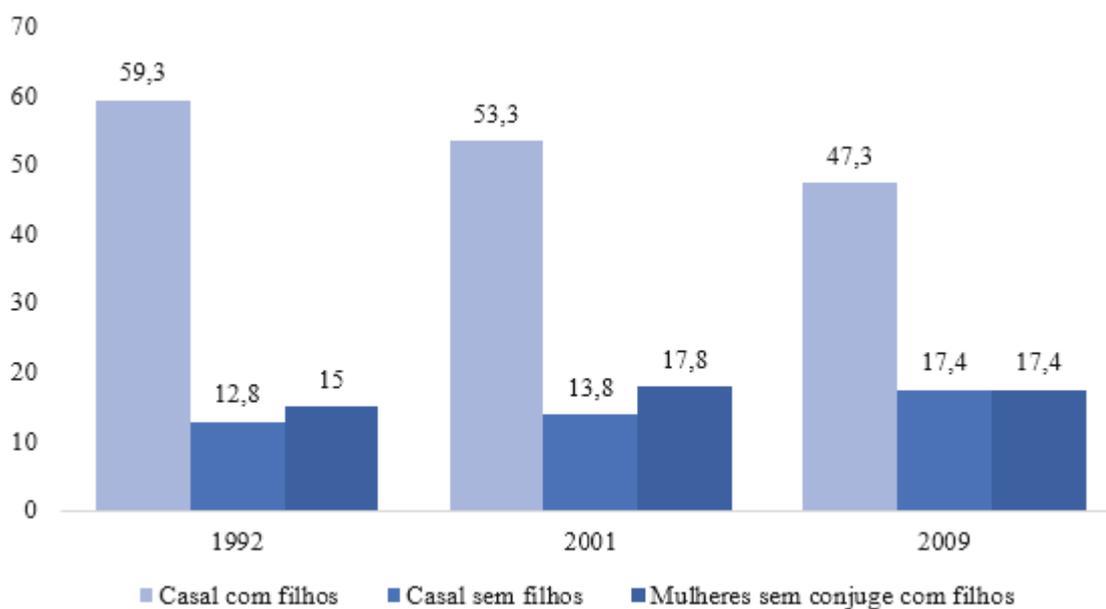


IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1981/1999.
Elaboração própria

Outro indicador da mudança na composição familiar é o aumento da quantidade de lares monoparentais femininos. Nota-se no Gráfico 6, que de 1992 a 2009 ocorreu um aumento de 2,3 pontos percentuais desse tipo de família (de 15% para 17,4% respectivamente). Já a quantidade de famílias compreendidas por um casal com filhos caiu 12 pontos percentuais de 1992 a 2009, enquanto as famílias de casais sem filhos se elevaram 4,6

pontos percentuais no mesmo período, pode-se justificar esse movimento como uma provável consequência da queda da taxa de fecundidade vista na sessão 2.2.

Gráfico 6: Tipos de família, Brasil, 1992-2009, %



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/1999.

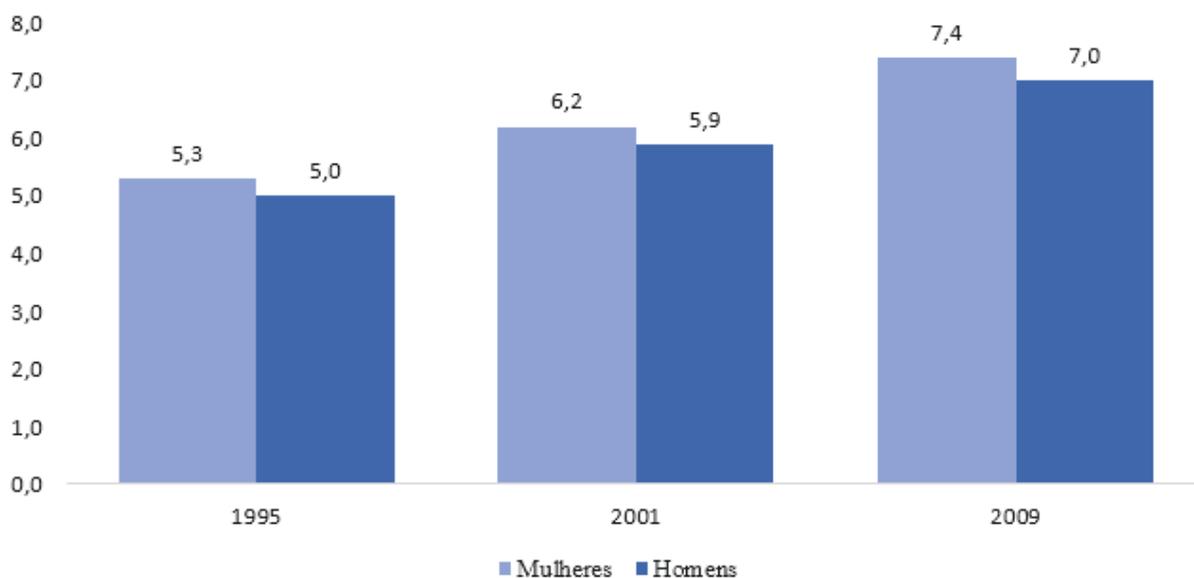
2.5 A Escolaridade

A crescente escolaridade feminina pode ser vista como um fator importante sobre o avanço das mulheres no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 2007).

A média de anos de estudo para homens e mulheres é próxima (Gráfico 7). Em 1995 mulheres possuíam em média 5,3 anos de estudo enquanto homens possuíam 5 anos, esses números passaram, respectivamente para 7,4 e 7 anos em 2009.

O interessante a se observar no Gráfico 7 foi o aumento de anos de estudos para ambos os sexos de 1995 a 2009, passando de 5,1 anos, para 7,2 anos em média. A população em geral está se tornando mais escolarizada, porém a média de anos de estudo feminina se manteve acima da masculina por todos os anos apresentados.

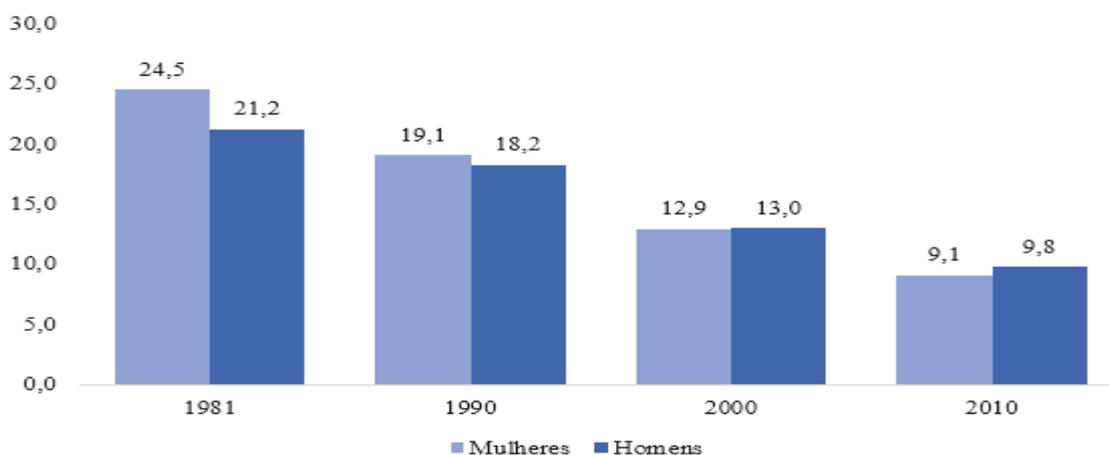
Gráfico 7: Média de anos de estudo de homens e mulheres de 10 anos ou mais de idade, Brasil, 1995/2009, %



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Elaboração própria

Já a porcentagem de analfabetos, de 1981 para 2010 caiu uma média de 13,4 pontos percentuais para ambos os sexos (Gráfico 8). Porém, é importante destacar que em 1981 a quantidade de mulheres analfabetas era maior que a quantidade de homens (24,5% contra 21,2%), já em 2010 era o sexo masculino que possuía a maior porcentagem (9,8% contra 9,1%), ou seja, a queda da quantidade de mulheres analfabetas foi maior do que a queda da quantidade de homens analfabetos no período analisado.

Gráfico 8: Homens e mulheres acima de 15 anos analfabetos, Brasil, 1981/2010, %

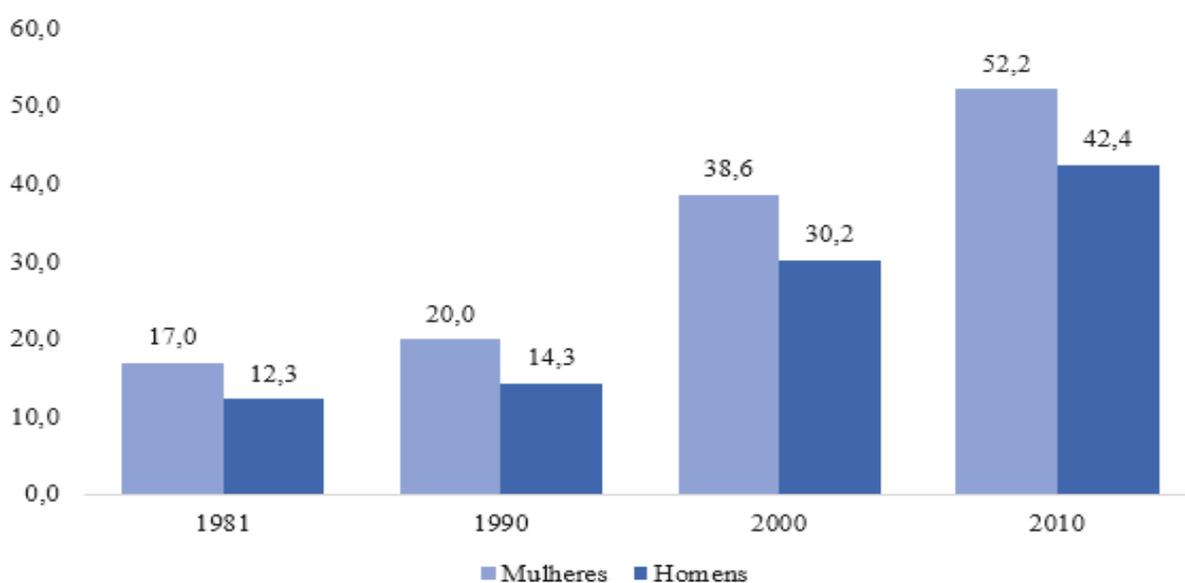


Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) até 1990; IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

O Gráfico 9 revela que desde 1981 as mulheres possuíam maior frequência escolar que os homens no segundo grau (atual ensino médio), uma diferença de 5,3 pontos percentuais (17% feminina contra 12,3% masculina). Em 2010 essa diferença saltou para 9,8 pontos percentuais.

Verifica-se também que as frequências feminina e masculina triplicaram no período analisado (Gráfico 9), porém a feminina se manteve acima da masculina em todos os anos (1981/2001).

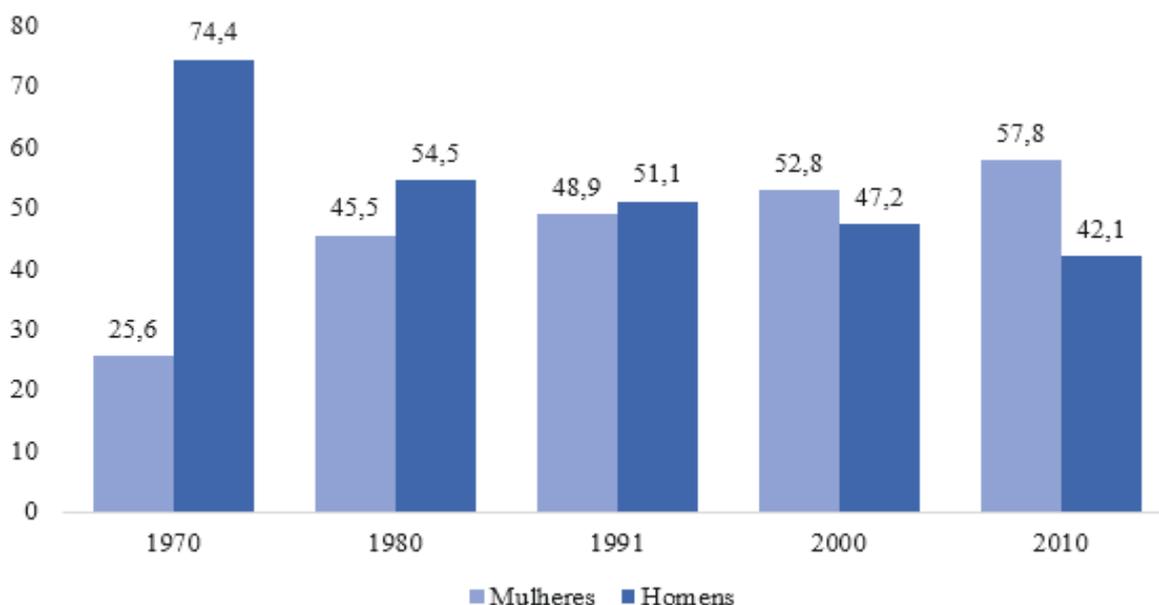
Gráfico 9: Frequência escolar de homens e mulheres de 15 a 17 anos frequentando 2º grau, Brasil, 1981-2010, %



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) até 1991; IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Analisando o Gráfico 10 que apresenta a distribuição total da população com nível superior segundo o sexo. Nota-se que em 1970 os homens eram a maioria dos indivíduos com ensino superior, 74,4% do total. Porém, conforme os anos se passaram ocorreu uma transformação nesse quadro e em 2010 as mulheres representavam 57,8% do total de diplomados. Logo, as mulheres não só ganharam espaço no ensino superior, como também ultrapassam a quantidade de homens.

Gráfico 10: Distribuição total da população com nível superior por sexo, Brasil, 1970/2010, %



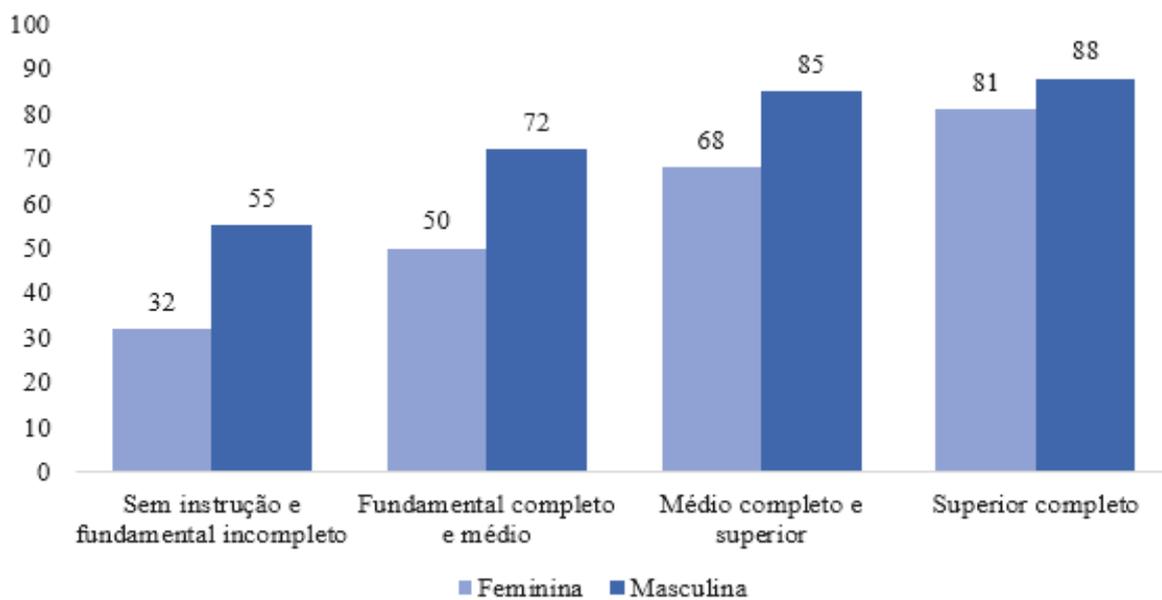
Fonte: Guedes, 2008; IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Por fim, o Gráfico 11 apresenta a taxa laboral de homens e mulheres referente o ano de 2010. Nota-se que conforme aumenta-se o nível de instrução, aumenta-se a taxa de participação para ambos os sexos.

A taxa masculina se mantém acima da feminina em todos os níveis, porém, conforme aumenta-se a escolaridade a diferença das taxas se reduz. Por exemplo, no nível “sem instrução e fundamental incompleto” a taxa masculina é de 55%, e a feminina é de 32%, ou seja, uma diferença de 23 pontos percentuais. Já no nível “superior completo”, a taxa masculina é de 88% e a feminina é de 81%, a diferença, portanto, é de 7 pontos percentuais. Conforme Guedes (2015):

Isso reflete uma divisão sexual do trabalho que penaliza as mulheres de camadas mais pobres da população, pois, enquanto as trabalhadoras mais escolarizadas costumam ter recursos para arcar com creches ou serviços de cuidados de terceiros (o que as libera para o mercado de trabalho), as menos escolarizadas dependem da oferta pública destes serviços para conseguirem trabalhar. Como nem sempre esta oferta atende à grande demanda da população mais pobre, é frequente a opção das mulheres destes segmentos por abandonar o mercado de trabalho, particularmente quando têm filhos pequenos. (GUEDES, 2015, p 145.)

Gráfico 11: Taxa de participação laboral de homens e mulheres segundo o último curso concluído, Brasil, 2010, %



Fonte: Guedes, 2015, Censo 2010.

3. ASSIMETRIAS DE GÊNERO NO TRABALHO DE 2005 A 2015

O presente capítulo apresenta os principais indicadores econômicos do mercado de trabalho para que se possa analisar as assimetrias de gênero no mercado produtivo de 2005 a 2015. Ele é composto por seis seções. A primeira seção esclarece a metodologia utilizada para a criação dos indicadores. A segunda analisa os indicadores de atividade no mercado. A terceira aborda indicadores de renda. A quarta avalia o desemprego. A quinta apresenta indicadores na posição na ocupação e por fim a sexta seção aborda o uso do tempo.

3.1 Metodologia

Na produção desse capítulo foram utilizados microdados coletados das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNADs) de 2005 e 2015, fornecidas pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM). O tratamento desses dados foi realizado através do software IBM SPSS - pacote estatístico para as ciências sociais criado pela IBM - (Statistical Package for the Social Sciences). A PNAD é produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Decidiu-se utilizar essa pesquisa por ser a única, além do Censo Demográfico, que possui os indicadores necessários para realizar a análise para todo o Brasil, e por poder ser possível efetivar comparações intertemporais, já que, até 2015, a pesquisa saía a campo anualmente no mês de setembro, exceto em anos de Censo demográfico.

3.2 A atividade no mercado de trabalho

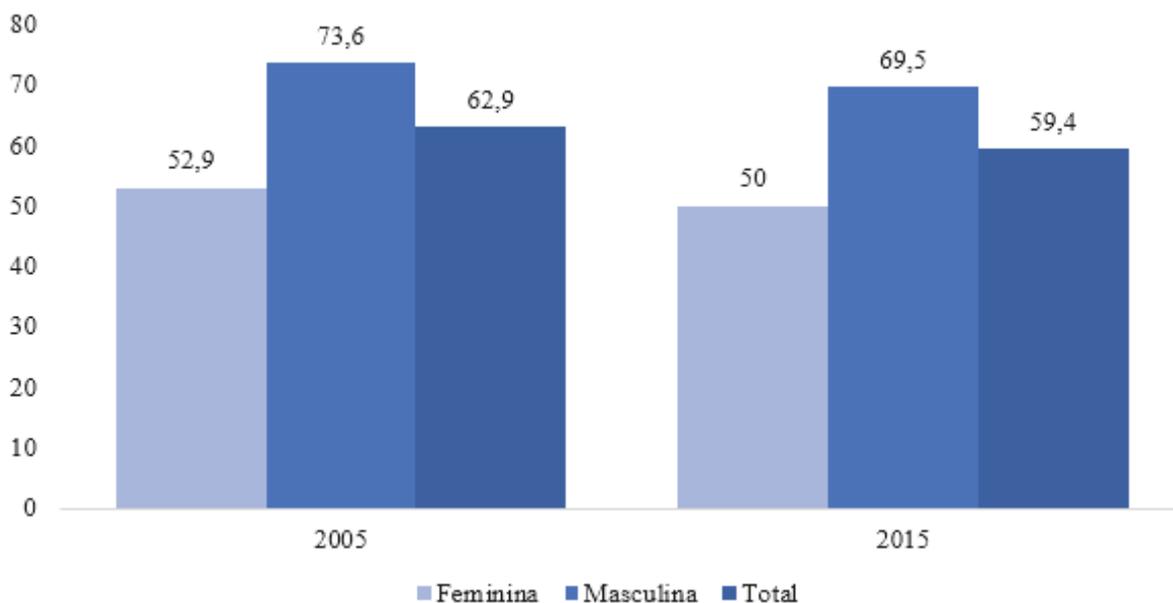
Conforme visto na sessão 2.2 a taxa de atividade é um indicador que evidencia as transformações no mercado de trabalho.

Observa-se no gráfico 12 que de 2005 a 2015 a taxa de atividade de homens e mulheres caiu. A dos homens passou de 73,6% para 69,9%, ou seja, uma queda de 4,2 pontos percentuais e a das mulheres passou de 52,9% para 50%, uma queda de 2,9 pontos.

Esse movimento de queda pode ter ocorrido por conta do aumento, que tem sido observado nos últimos anos, de indivíduos que não estudam e nem trabalham – a chamada geração “nem-nem”. Conforme Schwartzman e Cossío (2007), a porcentagem de jovens que

não estudavam e nem trabalhavam em 2005 era de aproximadamente 13%. Em 2011 esse número saltou para 16,8% (MONTEIRO, 2013).

Gráfico 12: Taxa de atividade de homens e mulheres de 10 anos ou mais de idade, Brasil, 2005-2015, %



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2005 e 2015.

Elaboração própria

O Gráfico 1 da sessão 2.2 revela que a taxa de atividade feminina aumentou 38,1 pontos percentuais em 50 anos (uma média de 7,62 pontos por década), sendo que a década de maior crescimento foi de 1991/2000 com 12,5 pontos percentuais. Logo, a redução ocorrida de 2010 a 2015 de 54,6% para 50% não é uma retração constante da participação feminina no mercado de trabalho.

3.3 A Renda

A renda feminina e masculina apresenta diferenças consideráveis. Em primeiro lugar, pode-se verificar no Gráfico 13 que os homens são maioria no recebimento de mais de dois salários mínimos, tanto em 2005 como em 2015.

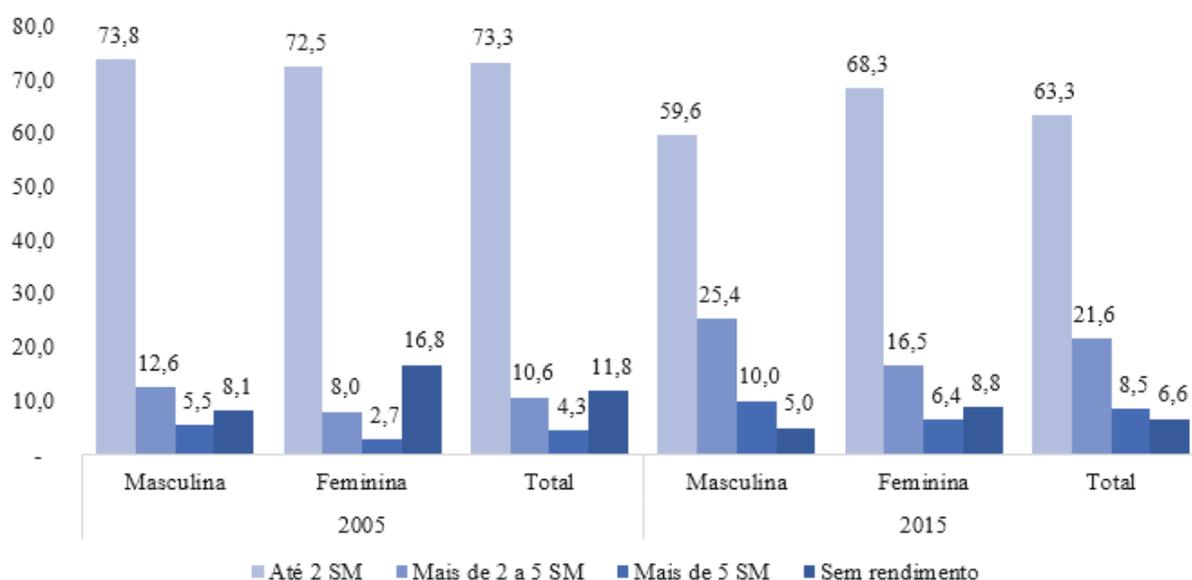
Em 2005, 12,6% dos homens recebiam mais de 2 a 5 salários mínimos, contra 8% das mulheres, e 5,5% deles recebiam mais de 5 salários contra 2,7% delas. Porém, no mesmo ano, 16,8% das mulheres não possuíam rendimento contra 8,1% dos homens, uma diferença de 8,7

pontos percentuais, ou seja, além da porcentagem masculina ser maior nas faixas de maior rendimento, a porcentagem feminina é maior nas faixas de menor rendimento.

Em 2015, o quadro geral se manteve. Porém, as mulheres passaram a ser maioria no recebimento de até 2 salários mínimos, 68,3% das mulheres recebiam nessa faixa contra 59,6% dos homens. Além da porcentagem feminina ficar acima da média para ambos os sexos (63,3%).

Em relação a faixa “sem rendimento” as mulheres continuam com uma porcentagem maior que os homens (8,8% contra 5%, respectivamente), entretanto vê-se uma redução nessa faixa de rendimento para ambos os sexos de 2005 para 2015, o total caiu 5,2 pontos percentuais.

Gráfico 13: Rendimento mensal por faixas de rendimento de todos os trabalhos para pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo, Brasil, 2005-2015, %



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005 e 2015.
Elaboração própria

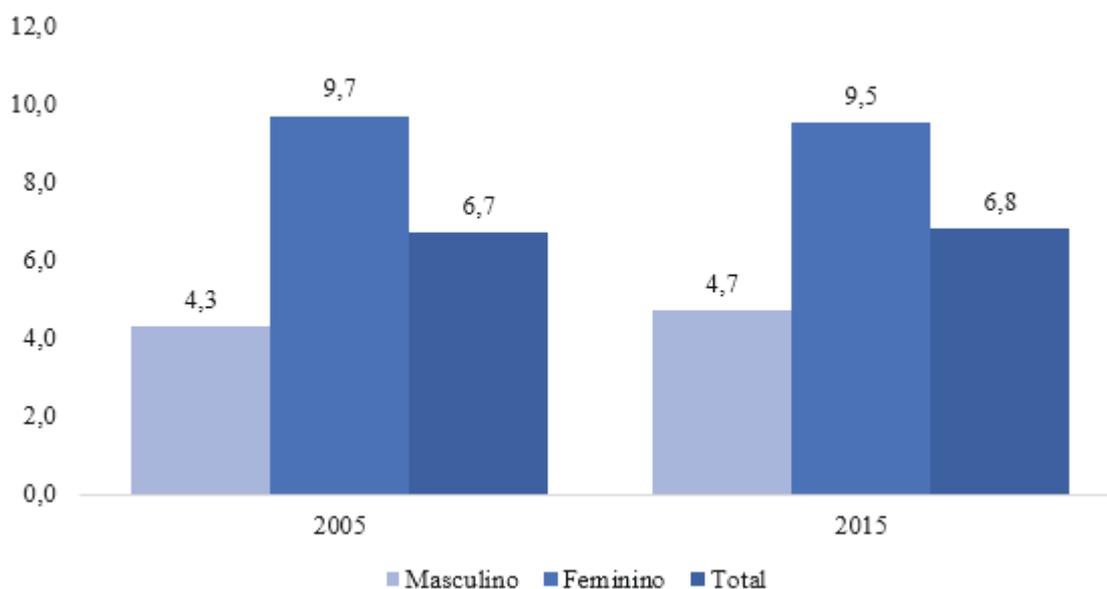
A partir da análise do Gráfico 13, pode-se considerar que as mulheres são maioria nas faixas mais baixas de rendimento comparado aos homens, tanto em 2005 como em 2015. Essa análise revela que mesmo ocorrendo a expansão feminina no mercado de trabalho, essa força produtiva é alocada em empregos com rendimentos menores do que a força produtiva masculina.

3.4 O Desemprego

Em relação ao desemprego, verifica-se no gráfico 14 que a taxa masculina sofreu uma pequena alta de 2005 a 2015, passando de 4,3% para 4,7% e a feminina uma pequena baixa, passando de 9,7% para 9,5%. O total se manteve praticamente constante.

Entretanto, percebe-se que a taxa de desemprego feminina é maior que a taxa masculina com uma diferença de 4,8 pontos percentuais em 2015. Esse resultado pode estar relacionado a fragilidade do emprego feminino, que devido a distinção de gênero, as mulheres são alocadas em empregos mais instáveis e precários (NASCIMENTO, 2016).

Gráfico 14: Taxa de desemprego de pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo, Brasil, 2005-2015, %



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005 e 2015.
Elaboração própria

3.5 A posição na ocupação

A posição na ocupação reflete como os trabalhos estão distribuídos entre os sexos. A Tabela 1 revela que os homens possuem maior presença que as mulheres nas ocupações com maiores rendimentos e/ou formalidade (exceto no funcionalismo público, em que as mulheres são maioria), são elas: empregado de carteira assinada, empregador e Militar. Em 2015, 42,3% dos homens eram empregados de carteira assinada contra 37,1% das mulheres, uma

diferença de 5,2 pontos percentuais. Como empregadores os homens mantinham uma discrepância em relação as mulheres de 2,2 pontos percentuais em 2015 (4,4% contra 2,2%, respectivamente).

Observa-se que nas ocupações “trabalho doméstico com carteira” e “trabalho doméstico sem carteira” a porcentagem feminina é consideravelmente maior que a masculina. Ao todo, 17% das mulheres eram empregadas domésticas em 2005, contra 0,9% dos homens. Em 2015 a porcentagem feminina caiu para 14,4%, enquanto a dos homens subiu para 1%. Outro ponto a ser analisado é que a porcentagem de domésticas sem carteira é quase três vezes maior que a porcentagem de domésticas com carteira, revelando assim a informalidade que recai sobre o emprego feminino. Esses dados dão base para os estudos tanto de trabalho doméstico não remunerado como de fluxo circular da renda ampliado vistos no Capítulo 1, já que confirma empiricamente uma presença feminina significativa em trabalhos informais, ou seja, sem carteira e em empregos precários.

Nas ocupações “não remunerado” e “trabalhador na produção para consumo próprio” as mulheres também possuem porcentagens maiores que as dos homens, por exemplo, em 2015 3,3% das mulheres não recebiam rendimentos de trabalho, contra 1,6% dos homens.

Tabela 1: Posição na ocupação por sexo, Brasil, 2005-2015, %

Posição na ocupação	Homens		Mulheres	
	2005	2015	2005	2015
Sem declaração	-	-	-	-
Não remunerado	5,2	1,6	9,1	3,3
Empregado sem carteira	21,2	16,6	13,0	12,2
Empregado com carteira	34,4	42,5	26,2	37,1
Trabalhador na construção para próprio consumo	0,2	0,1	0,1	0,0
Trabalhador na produção para próprio consumo	2,4	3,1	7,3	5,1
Trabalhador doméstico sem carteira	0,5	0,5	12,7	10,2
Trabalhador doméstico com carteira	0,4	0,5	4,3	4,2
Conta própria	25,6	25,9	16,2	16,3
Empregador	5,4	4,5	2,6	2,2
Militar	0,5	0,6	0,0	0,1
Funcionário público estatutário	4,2	4,2	8,5	9,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisas por Amostras de Domicílios, 2005 e 2015.
Elaboração Própria

Nota-se, que a porcentagem de mulheres na ocupação “Funcionário público estatutário” é maior que a masculina em ambos os anos e pode indicar a tendência feminina a

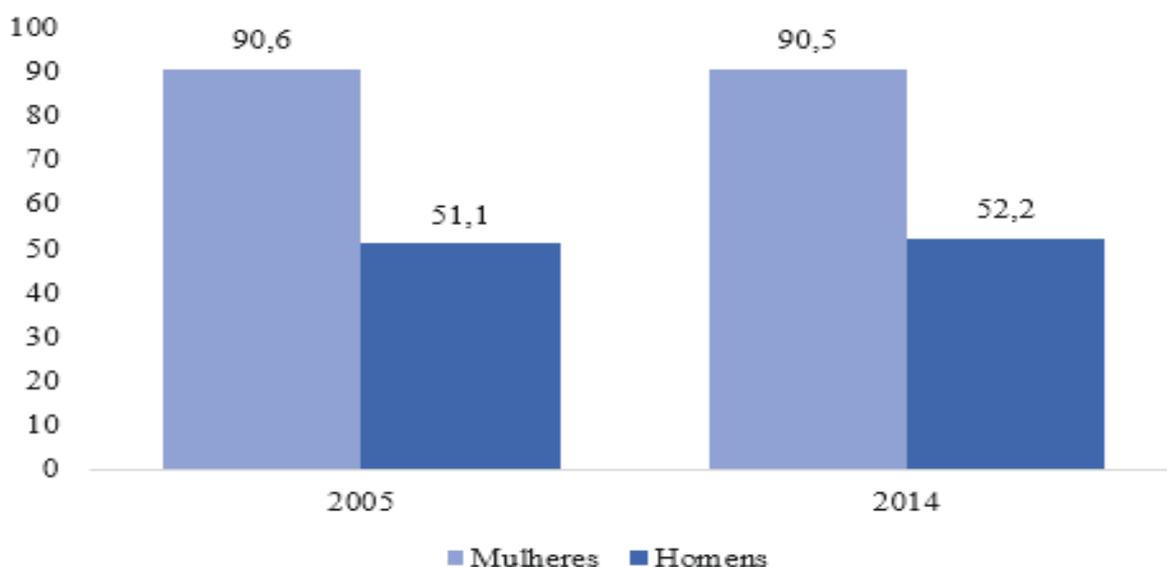
buscar trabalhos que permitam flexibilidade de tempo, já que as mesmas precisam conciliar a dupla jornada de trabalho no seu dia a dia.

3.6 O uso do tempo

O Gráfico 15 tem como objetivo evidenciar a sobrecarga feminina com o trabalho doméstico não remunerado. Pode-se verificar que em ambos os anos analisados (2005 e 2014) cerca de 90% das mulheres executavam afazeres domésticos na semana de referência da pesquisa, contra cerca de 50% dos homens. A elevação da participação feminina no mercado de trabalho não modificou a sua responsabilidade, perante a sociedade, com o trabalho doméstico não remunerado (IPEA, 2017).

O que se tornou mais corriqueiro após a elevação da inserção feminina na atividade laboral foi a dupla jornada de trabalho. As mulheres, além de oferecerem sua força de trabalho ao mercado produtivo, continuam executando a maior parte das tarefas domésticas em seu tempo livre. (IPEA,2017), o que dificulta sua melhor inserção no mercado de trabalho, já que o tempo disponível para especialização, por exemplo, é reduzido.

Gráfico 15: Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade que cuida de afazeres domésticos por sexo, Brasil, 2005-2014, %



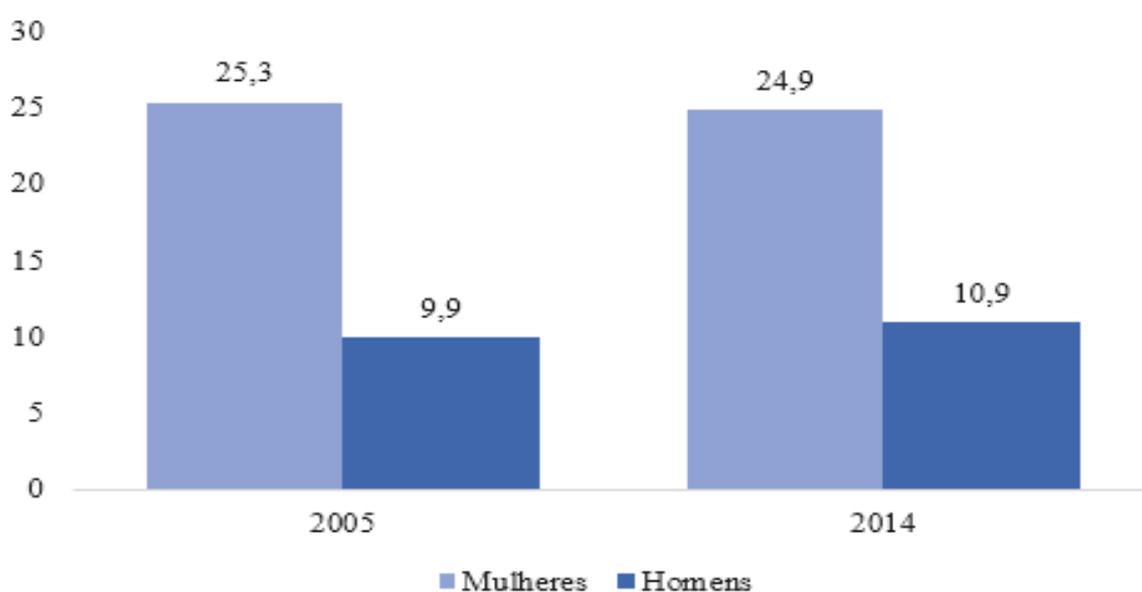
Fonte: Soares e Saboia, 2007 (ano 2005); Souza e Guedes, 2016 (ano 2014)

Ademais, além das mulheres serem maioria na execução de afazeres domésticos, elas dedicam mais horas a essa atividade. Nota-se no Gráfico 16 que, de 2005 a 2014, as horas

média dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado das mulheres e dos homens quase não sofreram alteração (respectivamente, 25,3 e 24,9 para as mulheres e de 9,9 horas e 10,9 horas para os homens).

Entretanto, a média de horas executadas pelas mulheres é duas vezes maior do que a executada pelos homens. O que indica a sobrecarga feminina na reprodução social, vista na sessão 1.3 deste trabalho.

Gráfico 16: Número médio de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo, Brasil, 2005-2014, %



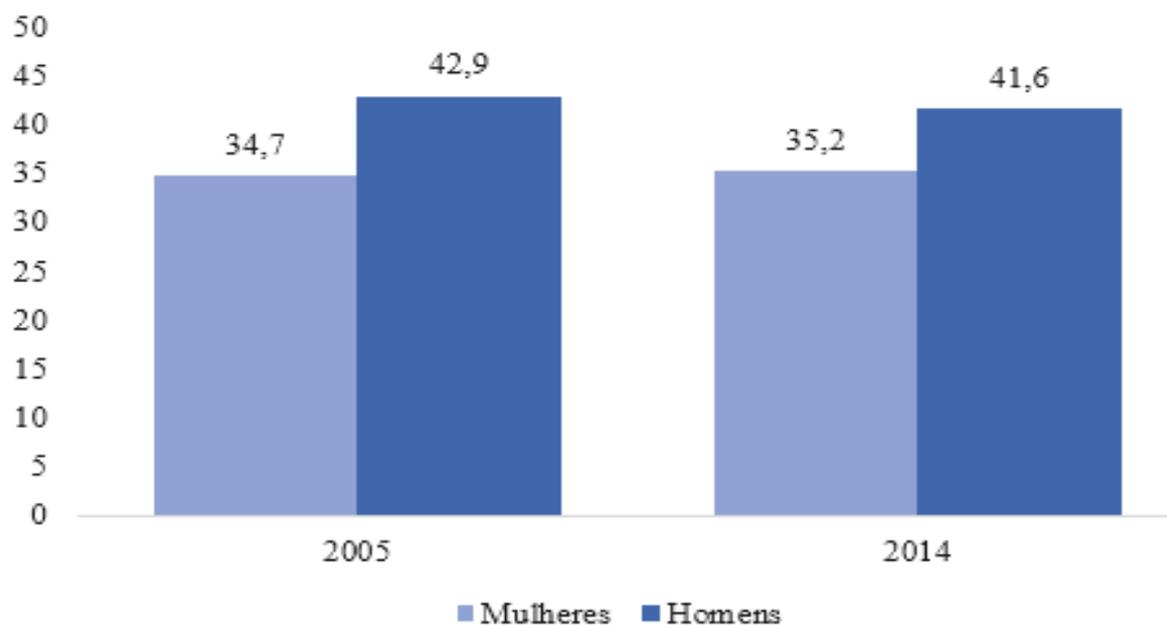
Fonte: Soares e Saboia, 2007 (ano 2005); Souza e Guedes, 2016 (ano 2014)

Por fim, o Gráfico 17 torna visível a média de horas dedicadas ao mercado de trabalho de homens e mulheres.

Verifica-se que a média masculina é maior que a feminina em 8,2 pontos percentuais para 2005, e 6,4 pontos para 2014. Outra observação é que ela sofreu uma pequena queda de 1,3 pontos percentuais durante os anos estudados.

A média feminina de 2005 a 2015 apresentou um leve aumento de 0,5 ponto percentual, passando de 34,7 horas para 35,2 horas respectivamente. Esse dado, pode indicar a maior concentração feminina em trabalhos de tempo parcial normalmente ligados a maternidade, já que o cuidado com filhos exige mais tempo para o trabalho de reprodução social e conseqüentemente menos tempo para o trabalho produtivo.

Gráfico 17: Número médio de horas semanais trabalhadas das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo, Brasil, 2005-2014



Fonte: Soares e Saboia, 2007 (ano 2005); Souza e Guedes, 2016 (ano 2014)

Contudo, no cômputo das horas totais trabalhadas, isso é, somando-se as horas de trabalho remunerado com trabalho não remunerado dispendidas em atividades domésticas, é possível verificar que as mulheres trabalhavam 7,6 horas a mais que os homens em 2014.

CONCLUSÃO

Esse trabalho se propôs analisar, com base em indicadores sociais e econômicos, a elevação da participação feminina no mercado de trabalho de 1960 a 2015 e suas possíveis relações. Utilizou-se micro dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2005 e 2015 para a criação dos indicadores econômicos. O tratamento dos dados foi realizado com o Software SPSS - pacote estatístico para as ciências sociais.

Após analisar a variação da taxa de atividade de 1960 a 2015, verificou-se um aumento constante da taxa feminina, o que pode comprovar a elevação da participação das mulheres no mercado de trabalho, embora a taxa tenha sofrido uma pequena queda em 2015.

Os resultados dos indicadores sociais revelam um movimento constante e relacionado a expansão feminina no mercado de trabalho. A taxa de fecundidade se manteve em queda, a escolarização feminina está cada vez mais alta, e os lares estão sofrendo uma transformação, tanto em relação aos números de divórcios, como ao aumento das famílias monoparentais femininas, o que pode indicar uma maior independência econômica das mulheres, ao mesmo tempo que evidencia uma maior necessidade de mercantilização da força de trabalho das mesmas.

Porém, é importante evidenciar que alguns indicadores que revelam a distinção de gênero dentro do mercado de trabalho não sofreram grandes modificações. A posição na ocupação continua a revelar que grande parte das mulheres (cerca de 17% da PEA feminina) estão alocadas como empregadas domésticas e que a maior parte delas não possuem carteira assinada. Esse dado confirma a precariedade do trabalho feminino, principalmente para mulheres menos escolarizadas. A renda também pode demonstrar a diferenciação de rendimentos femininos e masculinos, pois o indicador revelou que a porcentagem de homens que recebem salários mais altos é maior que a porcentagem de mulheres. Finalmente, a análise do uso do tempo continua demonstrando que as mulheres ainda são as maiores responsáveis pelo trabalho doméstico e dedicam mais horas a essa atividade em comparação aos homens.

Por fim, conclui-se que a elevação da participação feminina no mercado de trabalho está relacionada a variação nos principais indicadores sociais apresentados nesse trabalho. Esse movimento apresentou um avanço para as mulheres nos últimos anos. Porém não trouxe mudança significativa em algumas dimensões da desigualdade de gênero como de renda, a posição na ocupação e o uso do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de género sobre uma dicotomia moderna. **Revista estudos feministas**, v. 20, n. 1, p. 95-117, 2012.

ALVES, Jose Eustaquio Diniz. O crescimento da PEA e a redução do hiato de género nas taxas de atividade no mercado de trabalho. **Aparte: Inclusão Social em Debate em**, v. 4, 2013.

_____. Questões demográficas: fecundidade e género. **Textos para Discussão, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro**, 2004.

_____. Transição da fecundidade e relações de género no Brasil. Belo Horizonte 1994.

BECKER, Gary S. A Theory of the Allocation of Time. *The economic journal*, p. 493-517, 1965.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras. **Desafios da eqüidade**, p. 157-196, 2001.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos feministas**, n. e, p. 179-199, 1994.

_____. Trabalho e género no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, n 132, p. 537-572, 2007.

CARRASCO, C. Introducción: Hacia una economía feminista. In: _____. (Org.). **Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria, 1999. p. 11-59.

CASACA, Sara Falcão. Revisitando as teorias sobre a divisão sexual do trabalho. **SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações**. Lisboa, n 04, 2009.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. Família e proteção social. **São Paulo em perspectiva**, v. 17, n. 2, p. 109-122, 2003.

ENRÍQUEZ, Corina Rodrigues. Análise econômica para a igualdade: as contribuições da economia feminista. In: JÁCOME, M; VILLELA, S (Org.). **Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos**. Brasília: ONU Mulheres, 2014, p. 139-144.

GAMA, Andréa de Souza. O conflito trabalho e vida familiar na produção/reprodução social capitalista. In: _____. **Trabalho família e gênero: os impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2014. P. 29-94.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. Suplemento, v 15, 2008.

_____. Heterogeneização da mão-de-obra feminina: o que mudou no período recente?. **Revista Gênero**, v. 15, n. 2, 2016.

_____. Heterogeneização da mão-de-obra feminina: o que mudou no período recente? **Gênero**, Niterói, v. 15, n. 2, p.141-154, jun. 2015.

GUIMARÃES, Nadya de Araujo, et al. Mercantilização no feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. **RBCS**, Vol. 31, nº 90, 2016.

HIRATA, H. O Universo do Trabalho e da Cidadania das Mulheres - um olhar do feminismo e do sindicalismo. In: COSTA, Ana Alice Alcantara (org.) et al. **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. Central Única dos Trabalhadores. CUT, 2004.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova economia**, 14 (2), 2004, p. 35-58.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações de sexo. In: HIRATA (Org.) et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009, p 67-75

KON, Anita. Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: repercussões sobre o mercado de trabalho. **Seminário As famílias e as políticas públicas no Brasil. Belo Horizonte, ABEP, 2005.**

LAVINAS, Lena; AMARAL, Marcelo Rubens; BARROS, Flávio. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. **Economia e Sociedade**, Campinas, (12): 143-71, jun. 1999.

LAVINAS, Lena; CORDILHA, Ana Carolina; CRUZ, Gabriela. Assimetrias de gênero no mercado de trabalho brasileiro: rumos da formalização. **Travail, care et politiques sociales. Débat Brésil-France. Paris: Mage, 2014.**

MONTEIRO, Joana. Quem são os jovens nem-nem?: uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. FGV/IBRE, 2013.

MULHERES, O. N. U. et al. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 2017.

NASCIMENTO, Sara Diniz. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Temporalis**, v. 14, n. 28, 2014.

NOBRE, M. Trabalho Doméstico e Emprego Doméstico. In: COSTA, Ana Alice Alcantara (org.) et al. **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. Central Única dos Trabalhadores. CUT, 2004.

PICHIO, A. “Un enfoque macroeconómico ampliado de las condiciones de vida”, en C. Carrasco, (comp.), **Tiempos, trabajos y género**, Universitat de Barcelona, 2001.

_____. La economía política y la investigación sobre las condiciones de vida. In: CAIRÓ i CÉSPEDES, Gemma; MAYORDOMO RICO, Maribel (Comp.). Por una economía sobre la vida. **Aportaciones desde un enfoque feminista**. Barcelona: Icaria, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. IN: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**, p. 127-150.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. Diferenças, igualdade. São Paulo: **Berlendis & Vertecchia**, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon; COSSIO, Mauricio Blanco. Juventude, educação e emprego no Brasil. **Cadernos Adenauer-Geração Futuro**, v. 7, n. 2, 2007.

SOARES, Cristiane; SABOIA, Ana Lucia. Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. Rio de Janeiro: **IBGE, Coordenação de população e indicadores sociais**, 2007.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, 2016.